

NO LABIRINTO DO CAPITALISMO DE THOMAS PIKETTY IN THE LABYRINTH OF THE CAPITALISM OF THOMAS PIKETTY

Edevilson de Godoy*

RECEBIDO: 25/09/2021

APROVADO: 02/11/2021

Resumo

Esse artigo propõe-se a apresentar o pensamento do Thomas Piketty nas obras *O capital no século XXI* (2013) e *Capital e ideologia* (2019). O economista francês descortina as contradições do capitalismo amparando-se numa ampla pesquisa histórica desde a Revolução Francesa até a atualidade. Seu estudo aponta a origem da desigualdade e como essas são justificadas pelas narrativas ideológicas.

Palavras-chave: capitalismo, ideologia, economia, ideologia, Thomas Piketty.

Abstract

This article proposes to present the thought of Thomas Piketty in the works *Capital in the 21st century* (2013) and *Capital and Ideology* (2019). The French economist unveils the contradictions of capitalism based on extensive historical research from the French Revolution to the present day. His study points to the origin of inequality and how these are justified by ideological narratives.

Keywords: capitalism, ideology, economy, ideology, Thomas Piketty.

Introdução

O economista francês Thomas Piketty¹, a partir de dados bem fundamentados e recolhidos em um longo arco histórico, mostrou que a concentração de rendas e de capital é inerente ao sistema capitalista e que, desde 1980 a desigualdade mundial tem avançado a patamares do século XIX. Chama atenção para a realidade patrimonial em que as rendas provenientes destes patrimônios, geralmente adquiridos por herança, contribuíram para o crescimento da pobreza no mundo. A questão central para o economista é que a desigualdade aumenta mais à medida que o retorno do capital de juros, valorização de ativos ou poupança é maior que a renda obtida pelo trabalho. Quando ocorre um fato que diminui a renda dos trabalhadores, como na pandemia por exemplo, o abismo entre ricos proprietários e os pobres cresce de forma escandalosa. A riqueza gerada pelo crescimento econômico é muito mais ampla, beneficia mais

* Doutor em Ciência da Religião e professor do ITESP.

¹ Formado na London School of Economics (LSE), professor assistente no Massachusetts Institute of Technology (MIT), na École Hautes Études en Sciences Sociales e na Paris School of Economics.

peças, inclusive as camadas populares menos favorecidas, enquanto a patrimonial, beneficia uma parcela reduzida no topo da pirâmide. Há uma tendência da riqueza e da pobreza transmitidas hereditariamente crescer mais no decorrer do tempo. O capital valoriza mais que o crescimento da economia como um todo. A maioria das pessoas dependem do salário para sobreviver, pois não possuem capital acumulado. Por isso, a desigualdade da riqueza tende sempre a aumentar a ponto de atingir no futuro níveis insustentáveis.

A acumulação de riquezas e o crescimento da desigualdade não é uma realidade natural, mas consequência direta de políticas econômicas. A economia não depende de forças naturais, não há uma “mão invisível” como pensava Adam Smith no século XVIII. Faz-se necessário políticas públicas que diminuam o poder das heranças, ativos e juros na concentração de riquezas. A desigualdade é um fenômeno mundial em crescimento nos Estados Unidos, Inglaterra, Índia, China, América Latina, África e Ásia. Isso principalmente pelo fato de as riquezas acumuladas crescerem mais que as produzidas. Observa que 1% da população mundial possui grande parte dos bens, indivíduos super ricos em virtude de heranças. Existe uma minoria de ricos se enriquecendo cada vez mais que contribui pouco para o bem comum (PIKETTY, 2019, p. 715).

Na primeira metade do século XX verificou-se uma queda no abismo social entre ricos e pobres devido às políticas públicas adotadas no pós-guerra como a tributação dos ricos. Todavia, a partir dos anos oitenta nota-se a retomada no crescimento das desigualdades devido às condutas neoliberais de Ronald Reagan e Margaret Thatcher enfraquecendo as políticas fiscais, o retorno das altas taxas de acumulação de capital e a retomada do crescimento da desigualdade, inclusive patrimoniais, realidade constatada até os dias atuais. “Ao fim da Primeira Guerra Mundial e durante todo o entre guerras, os detentores de rendas e patrimônios expressivos tiveram de enfrentar a ascensão de um sistema permanente de imposto progressivo” (PIKETTY, 2019, p. 399). Um sistema tributário que aplicava impostos mais pesados às pessoas que dispunham de rendas e patrimônios elevados do que ao restante da população. Essas políticas neoliberais contribuíram para a mudança do cenário, destravaram o mercado para a criatividade das pessoas. Pela tese do

“gotejamento” busca reduzir a carga fiscal elevada do pós-guerra, alivia o imposto sobre os ricos e sobre as grandes fortunas. Isso contribuiu para o crescimento das desigualdades.

1. Reformulação do capitalismo

O capitalismo precisa ser reformulado, necessitamos de instituições democráticas sólidas para frear as desigualdades, controlar o poder dos mercados e redistribuir o capital em vista do bem comum. Essas dependem das narrativas ideológicas que a sustentem. Por isso, podemos perfeitamente criar novas narrativas voltadas para a reformulação do sistema econômico. Elas têm o poder de desenhar um novo mundo, alternativo ao capitalismo neoliberal, destronando o mito da naturalidade da pobreza e da riqueza. A acumulação de riquezas no capitalismo não se dá pela meritocracia como alegado por muitos para justificar a realidade social. No geral os ideólogos do capitalismo explicam o acúmulo de rendas como mérito daqueles que a merecem. Mas, na verdade, boa parte de quem acumulou foi através de herança ou de ativos. O discurso meritocrático é uma hipocrisia das elites que usando de artimanhas ideológicas, incute a falsa ilusão da igualdade de oportunidades para todos. Existe um esforço para justificar a desigualdade como sendo natural e justa. Ideologias supostamente fundadas na igualdade de oportunidades, mas que, na verdade, visavam sobretudo glorificar o mérito dos vencedores do sistema educacional, desenvolveram-se a passos largos e resultaram em distribuições particularmente hipócritas e desigualitárias das vagas e dos recursos (PIKETTY, 2019, p. 872).

O capitalismo deve ser reformado, precisamos de instituições democráticas fortes para conter o crescimento da miséria no mundo, para controlar o poder dos mercados e para colocar o capital a serviço do bem comum. Isso não realizaremos naturalmente pelo auto regulamento do livre mercado. O século XXI deve versar na direção da igualdade, da propriedade social, da educação e da partilha do saber e do poder. Para superar o capitalismo de maneira construtiva, defende a cogestão dos trabalhadores nas empresas onde esses poderiam representar 50% do conselho administrativo (PIKETTY, 2019, p. 825).

2. Estado social

Piketty defende o retorno do Estado porque o capitalismo financeiro precisa de limites, posto que a ditadura do mercado ameaça a vida social. Propõe o “Estado Social” para garantir a igualdade de oportunidades, acesso aos direitos sociais, por exemplo, saúde, educação. Esse traz alternativas às injustiças sociais através de investimentos na educação, saúde e aposentadoria, direitos à disposição de todos. Trata-se de um “Estado Fiscal” responsável por captar riquezas mediante impostos para garantir direitos sociais e mais igualdade de condições entre pobres e ricos (PIKETTY, 2019, p. 467).

Sugere a criação do imposto progressivo sobre as grandes fortunas em vista da melhora da saúde, da educação e da vida dos pobres. Para que não haja fuga de capitais, precisa de uma autoridade mundial para administrá-lo, espécie de União Européia ampliada. O ponto importante é que o imposto sobre o capital seja um imposto progressivo e anual sobre o patrimônio global: trata-se de tributar mais os patrimônios maiores e de levar em consideração o total de ativos, quer sejam imobiliários, financeiros ou corporativos, sem exceção. Mediante o “Estado social” em que a taxaço das grandes fortunas ofereceria melhores condições e oportunidades para os pobres, em que seria possível que o crescimento da desigualdade estancasse e com isso a democracia se tornaria mais sólida. Sugere uma assembleia soberana formada por parlamentares de alguns países responsáveis por gerir o orçamento desses impostos: sobre o lucro das grandes empresas, sobre os rendimentos mais elevados (além de 200 mil euros ano), sobre os maiores patrimônios e sobre as emissões de dióxido de carbono. Esses impostos fixados em 4% do PIB serviriam para reduzir a tributação no salário dos trabalhadores e também financiar pesquisas e investimentos sociais em educação e saúde (PIKETTY, 2019, p. 831-832).

O economista defende a substituição do “hipercapitalismo” em alta há trinta anos pelo “socialismo participativo” em busca de uma nova circulação de poder e distribuição de rendas. Esse seria totalmente diferente do “estado hipercentralizado do comunismo” colapsado na virada dos anos noventa.

4. Capital e ideologia

As desigualdades econômicas não são naturais, mas resultado das relações de fora e das escolhas políticas explicadas por narrativas ideológicas. “Até hoje a história de toda sociedade é a história das lutas das ideologias e da busca pela justiça. Em outras palavras, as ideias e as ideologias têm relevância para a história” (PIKETTY, 2019, p. 871). Piketty aborda o problema da distribuição de renda no interior das diversas sociedades numa perspectiva histórica, desde à Suíça ao Brasil, dos Estados Unidos à Índia e, sobretudo, como se representa socialmente a posse do capital (PIKETTY, 2019, p. 14).

Toda sociedade tenta dar um sentido à existência humana e à organização social. Procura mostrar que as desigualdades são narrativas de interesse público. As comunidades em diferentes épocas precisam justificar a pobreza da maioria e a riqueza da minoria, encontrar as razões deste abismo para não se correr o risco de convulsões sociais. Muitas ideologias do passado não têm sentido no presente porque as construções históricas transformam-se. Isso significa que são narrativas de uma época histórica que atendem interesses de classe e padrões econômicos, políticos, culturais e religiosos. “Em outros termos, ideias e ideologias contam na história. Elas permitem permanentemente imaginar e estruturar mundos novos e sociedades diferentes. Múltiplas trajetórias são sempre possíveis” (PIKETTY, 2019, p. 17). Resgata o enorme poder das narrativas capazes de justificar as relações humanas, inclusive, suas mazelas mais escandalosas. Todo sistema de produção serve-se do instrumento ideológico para fazer a comunidade inteira aceitar as relações de produção dentro do tecido social como normais. Foi sempre assim, todavia, a partir da modernidade capitalista com a tecnologia de informação, quase sempre nas mãos das elites, essa metodologia tem-se mostrado mais viva que nunca. Justifica-se as contradições da economia, da política e da ecologia segundo o interesse dos ricos em vista da manutenção do *status quo*. As narrativas ideológicas são a maneira como uma sociedade explica sua própria realidade. Isso sempre desde um viés que defende um determinado interesse, analisa os fatos a partir de um lugar social: as elites. A obra do economista francês convida-nos a tomar consciência da enorme força opressiva das ideologias capitalistas neoliberais

globalizadas, a desconstruí-las e elaborar um novo jeito de explicar a vida e as relações econômicas, de forma em que a renda seja melhor distribuída. As experiências históricas testemunham que as ideologias mudam durante o processo histórico para atender a interesses (PIKETTY, 2019, p. 18).

A desigualdade não é natural ou tecnológica, mas ideológica e política. As relações de poder não são apenas materiais, mas, sobretudo, intelectuais, ou seja, ideológicas. As elites das diferentes sociedades, em todas as épocas e em todas as latitudes, tendem com frequência a “naturalizar” as desigualdades, isto é, a tentar atribuir-lhes fundamentos naturais e objetivos, a explicar que as disparidades sociais vigentes são (como deve ser) do interesse dos mais pobres e do conjunto da sociedade e que, de qualquer forma, sua atual estrutura é a única concebível e não pode ser substancialmente alterada sem que ocorram imensas tragédias (PIKETTY, 2019, p. 17). A desigualdade sempre existiu na história humana, no passado as lutas revolucionárias reduziram-nas, aí encontra-se a origem de nossas instituições mais preciosas: sufrágio universal, educação gratuita e obrigatória, seguro sanitário.

Piketty chama atenção para a colossal desigualdade brasileira. Reconhece o processo de inclusão realizado nos governos do PT, o aumento do salário mínimo, bem como a rejeição dos programas sociais por parte da elite. Aponta ainda que os problemas de corrupção não foram resolvidos e não se conseguiu mudar o quadro da desigualdade porque não se mexeu com os 10% mais ricos, as grandes fortunas não foram taxadas (PIKETTY, 2019, p. 808-809).

A partir de 2016 houve no Brasil a retomada do *dumping* fiscal com pautas nitidamente favoráveis à desigualdade e às questões identitárias de cunho elitista e xenofóbicas (PIKETTY, 2019, p. 810-811).

5. Movimentos xenofóbicos

O crescimento da desigualdade propicia o surgimento de movimentos autoritários e xenofóbicos desde o Brasil, Hungria, Estados Unidos e Itália. Políticos populistas conseguiram atrair partes consideráveis de grupos sociais desfavorecidos e esquecidos a sentirem-se representados. O populismo é uma resposta confusa, mas

legítima, ao sentimento de abandono das classes populares diante do crescimento da pobreza (PIKETTY, 2019, 750).

Apona a realidade italiana em que o xenofobismo explodiu na segunda década do século XXI. Condutas nacionalistas contrária aos refugiados, espécie de caça aos estrangeiros, negros e mulçumanos por parte da *Lega* a partir, principalmente, de 2015. “As operações contra os refugiados de Salvini lhe trouxeram uma popularidade crescente e poderiam permitir à *Lega* vencer o *M5S* nas próximas eleições, inclusive com grande vantagem. Na verdade, o simples fato de tal coalizão social-nativista poder acontecer numa velha democracia eleitoral da Europa Ocidental como a Itália” (PIKETTY, 2019, p. 752). A posição geográfica da Itália favoreceu o desembarque de milhares de refugiados da Síria, do Oriente Médio e da África. Os países europeus, por sua vez, fecharam as fronteiras recusando-se a acolher esses fluxos migratórios, remetendo-os exclusivamente à responsabilidade italiana. “Os policiais franceses foram despachados às pressas para a fronteira italiana a fim de reprimir a entrada dos imigrantes, e o país acolheu, a partir de 2015, dez vezes menos refugiados que a Alemanha (PIKETTY, 2019, p. 754). A França seguiu na mesma direção nacionalista fechando, inclusive, portos para barcos humanitários. “Em geral, esse tipo de estratégia argumentativa (proferida sobretudo Jean-Marie e Marine Le Pen na França desde os anos 1980-1990) não convence ninguém a não ser as pessoas já convencidas, pois fica claro que quem a utiliza visa, sobretudo, atizar os ódios para assim chegar ao poder” (PIKETTY, 2019, p. 754).

No caso do trumpismo, trata-se de uma escolha claramente assumida. Durante a campanha presidencial de 2016, Trump decerto tentou aparentar uma dimensão social, descrevendo-se como o melhor defensor dos trabalhadores americanos vítimas da concorrência selvagem do México e da China, abandonados pelas elites democratas. Mas as soluções propostas por sua administração, além das medidas nativistas mais ou menos clássicas (redução dos fluxos migratórios, construção de um muro, apoio ao Brexit e aos governos europeus de modelo nativista), consistiram, em grande parte, a se lançar numa verdadeira corrida acelerada rumo ao *dumping* fiscal a favor dos mais ricos e com mais mobilidade (PIKETTY, 2019, p. 759). Trump diminuiu o imposto dos ricos e aumentou o dos pobres. Pretendia suspender qualquer imposto sobre a herança, mas

não obteve apoio do Congresso. Defendeu políticas claramente classistas favoráveis ao crescimento da desigualdade e fomentadoras de ressentimentos contra estrangeiros latinos e negros.

Os sociais democratas ocidentais perderam o apoio popular em várias partes. Nas últimas duas décadas não representam os sonhos do povo como outrora. Cabe agora propor programas sociais de redução das desigualdades capazes de identificá-los com as massas, sejam quais forem a etnia, religião ou cultura. Enquanto isso não se realizar, corremos o risco de os pobres serem captados por discursos odiosos como verificou-se nos últimos tempos por várias partes do mundo.

6. Pandemia

A Covid-19 é a crise de saúde global mais séria em um século que interpela a repensar a solidariedade internacional. Os países pobres devem reivindicar o direito de produzir vacinas, obter uma receita tributária das multinacionais e dos grandes milionários do planeta. Superar a visão neocolonial de cooperação internacional fundada na boa vontade dos países ricos deslocando-se para a lógica de direitos.

A pandemia deixará uma dívida enorme a ser paga. Mais uma vez há sinais de que os ricos se tornarão mais ricos e os pobres mais pobres. Lembra que os títulos emitidos pelos governos europeus, canadense e americano para combater a Covid-19 através de programas governamentais, oferecem taxas de juros imbatíveis que favorecerão grandemente o enriquecimento das elites capazes de comprar os mesmos nas bolsas.

Na opinião do economista, se perderá novamente a oportunidade de seguir na direção de um mundo mais justo, através da fixação de imposto progressivo sobre as grandes fortunas. Noutras palavras, os ricos deveriam assumir quotas maiores da dívida deixada pelo coronavírus; como aconteceu, por exemplo, na Alemanha e Japão no final da segunda guerra mundial. A reconstrução deve versar para a justiça social. A tragédia da pandemia revela a violência das desigualdades sociais, o isolamento não foi igual para todos. Para as pessoas que vivem em pequenas casas, em favelas ou na rua a pandemia é diferente em relação às que estão em mansões. A política de salários também acentuou o crescimento da pobreza; quando não se tem renda mínima o

isolamento não funciona porque as pessoas precisam buscar rendas, ficam mais expostas à doença, diferente daqueles que têm o suporte das propriedades e das rendas fixas.

Ainda que as crises tenham potencial de mudança, tem a precaução de não se entusiasmar com a oportunidade apresentada pela pandemia. Entende que a transformação depende da conversão intelectual e política, e isso leva um tempo. Todavia, a crise nos ajudará a avançar na direção de um novo sistema econômico com mais serviços públicos e mais igualdade. Após a crise internacional de 2008 e, principalmente, essa da Covid-19, temos que revisar nossas ideologias, construir uma proposta mais voltada para a justiça e a superação das mazelas sociais.

A crise da Covid-19 ilustra a falta de atenção à saúde pública e aos serviços sociais de maneira geral. Isso nos Estados Unidos e na Europa, mas sobretudo, nos países pobres onde o sistema de saúde pública é mais frágil. Devemos usar a oportunidade para reduzir a desigualdade crescente no planeta desde a década de oitenta. A ilusão do capitalismo tecnológico presume que o progresso social e econômico depende do avanço tecnológico e das forças do mercado, mas não é assim: o desenvolvimento vem do surgimento de sociedades mais igualitárias, principalmente na saúde e na educação. Enfim, a pandemia descortinou a dramática desigualdade social do capitalismo globalizado e neoliberal. O conto de fadas meritocrático, segundo o qual a riqueza depende de esforço e trabalho, enquanto a pobreza existe por falta de dedicação ou criatividade é ideologia perversa que teve seu pulmão atacado pelo coronavírus.

Considera também o risco da pandemia provocar o surgimento de condutas nacionalistas e xenofóbicas, como o fechamento de fronteiras e a desassistência aos imigrantes. Há o perigo de utilizar-se ideologicamente da crise sanitária para culpabilizar os refugiados, negros e latinos, e pelo poder da narrativa torná-los bodes expiatórios. O futuro pertence a todos, precisamos construí-lo, o mundo pós-pandêmico depende muito da mobilização dos diferentes grupos sociais, das religiões, dos direitos humanos, da música e da arte de maneira geral.

Considerações finais

Thomas Piketty está presente nos mais conceituados espaços acadêmicos e mídias mundiais onde discute as pautas da desigualdade social e das narrativas ideológicas do capitalismo desde a Revolução Francesa até nossos dias. O francês ganhou o prêmio Nobel de economia em 2013 com *O capital no século XXI*. Sua obra tem grande admiração dos teólogos e dos cristãos envolvidos com lutas sociais. Porém, apesar da simpatia, a teoria de Piketty não tem interesse religioso ou teológico; deixa claro que sua reflexão não se alinha a Roma ou qualquer tradição religiosa.

Interpelado pela literatura, por um conhecimento sólido e aberto do método marxista, as contradições latentes do capitalismo, seus mecanismos ideológicos de sustentação da opressão e da desigualdade. Piketty se deixa tocar pela realidade dos pobres do mundo e apresenta propostas para a construção de um mundo melhor. O tema da desigualdade, dos pobres e da ideologia são relevantes em suas obras. Percebe-se também em sua reflexão a exigência de um Estado que cuide das pessoas, promova a vida e a dignidade dos excluídos, ou seja, se trata de um *não* ao “estado mínimo” indiferente ao grito dos deserdados pelo mercado. E propõe a conversão das narrativas ideológicas deslocando-se do eixo excludente injusto para um novo mais participativo e inclusivo. Por fim, Piketty aborda algumas questões do presente como, por exemplo, os problemas ecológicos que ameaçam a qualidade de vida do planeta e o drama atual da pandemia com seus impactos na economia mundial e o aumento colossal da desigualdade entre ricos e pobres.

Referências bibliográficas

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2013.

_____. *Capital e ideologia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.